Assembleia Municipal de Azambuja

Em reunião de 30/04/2019

Com:

------votos a favor 26

------votos contra ----------

------abstenção (1 Não Participou)

S. R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2018 ----------

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, pelas 20h30m, no **salão da UDR de Vila Nova da Rainha,** Freguesia de Vila Nova da Rainha.

ORDEM DO DIA

Ponto 1 -	Assuntos relacionados com a Freguesia de Vila Nova da Rainha	
Ponto 2 -	Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal	
Ponto 3 -	Acordos de Execução com Juntas de Freguesia	
	3.1- Vila Nova da Rainha	32/P/2018
	3.2 – Alcoentre	33/P/2018
	3.3- Aveiras de Baixo	34/P/2018
	3.4- Aveiras de Cima	35/P/2018
	3.5- Azambuja	36/P/2018
	3.6 - União de Freguesias de Manique do Intendente, V.N.S. Pedro e Maçussa	37/P/2018
	3.6- Vale do Paraíso	38/P/2018
Ponto 4 –	Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia:	
	4.1- Vila Nova da Rainha	39/P/2018
	4.2 – Alcoentre	40/P/2018
	4.3- Aveiras de Baixo	41/P/2018
	4.4- Aveiras de Cima	42/P/2018
	4.5- Azambuja	43/P/2018
	4.6 - União de Freguesias de Manique do Intendente, V.N.S. Pedro e Maçussa	44/P/2018
	4.6- Vale do Paraíso	45/P/2018
Ponto 5 –	Protocolo com União de Freguesias de Manique do Intendente, V.N.S. Pedro e Maçussa- EB1 Casais de Além	29/P/2018
Ponto 6-	Desafetação de Parcela de Terreno – Qta da Mina	28/V-AJM/2018
Ponto 7 -	Desafetação de parcela de Terreno – Casais dos Apóstolos	29/V-AJM/2018
Ponto 8 -	Regulamento de Apoio ás IPSS do município de Azambuja	53/V-SV/2018

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Bráz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira. ----------

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Maria Calixto Isidro, António Jorge de Oliveira Lopes, Antonio José Rodrigues, António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Ana Paula Marques Moura, Margarida Helena Lages Maia, Pedro Daniel Simões

Salazar, em substituição de Maria Inês da Graça Louro, Maria Arminda Marques Tavares, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge. ----------

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Mateus de Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes. ----------

--- o Senhor Presidente da Mesa deu início á Sessão, cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao senhor Presidente da direção da UDR de Vila Nova da Rainha a cedência das instalações. Informou das substituições dos Senhores Deputados Municipais, Maria Inês Louro e Manuel Maria Couceiro, respetivamente pelos senhores Pedro Salazar e Ana Paula Moura, seguidamente e de acordo com o Regimento, deu a palavra ao Público, tendo-se inscrito o Senhor Fernando Gabriel que apresentou uma Moção subscrita pelos Professores do Agrupamento de Vale Aveiras e que se transcreve:" *Moção dos professores do Agrupamento de Escolas Vale Aveiras --- Os professores do Agrupamento de Escolas Vale Aveiras, reunidos em Reunião Geral na escola sede do Agrupamento, no dia 19 de setembro, pelas 16h00m, aprovaram a seguinte moção referente à possibilidade de alteração da rede escolar do concelho de Azambuja.*----------

---I - Os professores deste Agrupamento foram confrontados com a possibilidade de uma nova organização da rede escolar que poderia passar pela criação de um Mega Agrupamento. Esta possibilidade foi transmitida pelo Dr. Luís Carvalho, responsável pela empresa contratada pela Câmara Municipal de Azambuja para a construção da nova Carta Educativa.----------

---2- Desconhecem a direção e os professores deste Agrupamento quais os motivos que originaram o levantamento desta possibilidade, assim como os critérios que lhe presidiram. ----------

---3- Existem já, no concelho de Azambuja, três agrupamentos de escolas, definidos superiormente e com respeito pelas características de cada Freguesia do concelho: Azambuja, Vale Aveiras e Alto Concelho.

--4 - A agregação de agrupamentos em Mega Agrupamentos, num concelho cujas Freguesias se encontram distantes e cujos acessos é dificultado por uma rede de transportes públicos muito insuficiente, é considerada como um retrocesso para a autonomia e flexibilidade que se proclama e que, finalmente, tem suporte legal. ----------

---5- A política de concentração incentivada pelo Ministério da Educação, sob pretexto de maior eficiência e racionalização dos recursos, não é do interesse das escolas, nem da comunidade envolvente, pois conduz a Tutela a uma desresponsabilização crescente das obrigações sociais fundamentais.----------

---6- A análise dos resultados escolares, a partir de dados oficiais do Ministério da Educação, expõe claramente as dificuldades sentidas na implementação adequada de estratégias de melhoria, no Ensino Básico, do maior Agrupamento do Concelho, numa posição inferior a este no Ranking divulgado anualmente. Logo, com uma possível concentração de serviços, a "periferia" ressentir-se-ia do movimento centrífugo que a escola sede de agrupamento iria exercer na captação de recursos humanos, financeiros e logísticos para a organização escolar com maior peso populacional.----------

---7- A constituição de um agrupamento de dimensão concelhio deturparia a identidade de cada organização escolar já existente. Efetivamente, um único Projeto Educativo, à escala do concelho, para espaços e realidades sociais e culturais tão díspares, não conseguiria responder com a mesma equidade e rapidez às solicitações das várias comunidades educativas que fazem parte do concelho. ----------

---8 - O fim de uma gestão de proximidade com as famílias e, de uma forma geral, toda a comunidade educativa, tornando cada vez mais impessoais e distantes as relações estabelecidas dentro desta.---------

---9- É, pois, com enorme preocupação que os professores deste Agrupamento anteveem a possibilidade desta alteração, manifestando desde já a sua frontal oposição a urna nova reorganização dos agrupamentos de escolas do concelho de Azambuja.----------

---10- Os professores solicitam aos responsáveis locais a audição e igual consideração pelas diferentes partes envolvidas no processo, salientado que o inquérito em curso ("Inquérito à comunidade sobre a carta educativa do Concelho de Azambuja"), promovido pela autarquia e disponível no site da mesma, não oferece nenhuma garantia de rigor científico no tratamento dos dados recolhidos, uma vez que o mesmo está disponível a qualquer cidadão, independentemente da residência e da situação escolar dos seus educandos, podendo ser submetido um número ilimitado de vezes por um mesmo indivíduo. ----------

---11-Os professores do Agrupamento de Escolas Vale Aveiras solicitam a todas as entidades representativas da comunidade o apoio de que carecem para, com a tranquilidade que lhes é devida,

exercerem as suas funções profissionais com o maior respeito pelos alunos e encarregados de educação que neles depositam a sua confiança." após o que entregou o documento ao Senhor Presidente da Assembleia.----------

--- Interveio a Sra. D. Sílvia Narciso, Presidente da Assembleia de Freguesia de Aveiras de Cima, e que perguntou qual o ponto de situação do parque da Milhariça, pergunta já efetuada na sessão de junho e disse que a Moção apresentada anteriormente tinha sido objeto de apreciação por parte dos elementos da Assembleia de Freguesia tendo sido votada por unanimidade, e que fora elaborada uma outra Moção dirigida aos Senhores Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal para a qual aguardavam resposta escrita e que se transcreve: *"MOÇÃO - No seguimento da moção apresentada pelos professores do agrupamento de escolas Vate Aveiras na Assembleia de Freguesia do dia 24 de setembro, e considerando que a carta educativa do Concelho de Azambuja é um documento deveras importante para ser tratado de animo leve, vêm os membros desta Assembleia de Freguesia partilhar da preocupação dos referidos professores, bem como solicitar esclarecimentos relativamente às seguintes questões:* ----------

--- 1. Credibilidade do tratamento dos dados do Inquérito disponibilizado no site no Município; ----------

---2. Informação relativa à empresa responsável pela elaboração da carta educativa; ----------

---3. Ponto de situação acerca da revisão da carta educativa do concelho de Azambuja; ----------

---4. Esclarecimento acerca da criação do designado "Mega Agrupamento"; ----------

---5. Esclarecimento acerca da falta de divulgação da revisão da carta educativa do concelho de Azambuja junto da população/encarregados de educação." ----------

--- Para finalizar perguntou para quando o início da nova postura de trânsito de Aveiras de Cima, já aprovada, mas sem "data de arranque", para quando o aumento do cemitério, e solicitou que as placas de Vila museu do Vinho fossem substituídas dado que as que estavam colocadas apresentavam muito mau estado. Em resposta o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a pedido do Senhor Presidente da Assembleia disse estar admirado com o teor das moções apresentadas, pois ainda há dias conversara com o Diretor do Agrupamento de Vale Aveiras que lhe colocara a questão do Mega Agrupamento e a quem dissera que não era intenção da Câmara fazer tal, por outro lado o coordenador responsável pela equipa de elaboração da carta educativa, Dr. Luís Carvalho já lhe tinha feito chegar uma mensagem mostrando-se indignado e que tencionava exigir do Senhor Diretor do Agrupamento um pedido público de desculpa. Disse ir responder por escrito, mas que na essência o que se passava era o que acabara de dizer. Solicitou assim à Sra. Vereadora Sílvia Vitor que especificasse o teor da resposta a dar ao que esta referiu que relativamente ás questões levantadas pela Assembleia de Freguesia seria remetido ofício clarificando cada uma delas, quanto á Moção apresentada pelos senhores professores reiterou a indignação sentida pelo coordenador da carta educativa, que em momento algum dissera ou pensara criar um mega agrupamento, alias posição contrária á que sempre defendera e que considerava estar perante um problema originado por "jogo político local", tendo lido aos Srs. Deputados a mensagem enviada.---------

Retomando a palavra, o Sr. Presidente disse ter agendada na semana seguinte uma reunião com o Sr. Presidente da junta de Freguesia de Aveiras de Cima, para lhe mostrar a maquete do projeto, do parque da Milhariça e ver das possíveis alterações que se entendesse fazer, relativamente ao alargamento do cemitério, já estava comprado o terreno ir-se-ia proceder á escritura do mesmo para então se iniciarem os trabalhos seguintes, e que no caso das placas da vila Museu do vinho já havia placas a serem substituídas em função da degradação que apresentavam. Para responder á questão da postura do trânsito, solicitou ao Senhor Vereador Silvino Lúcio que o fizesse tendo este referido que se estavam a receber os sinais de trânsito e que quando estivessem todos far-se-ia um comunicado á população e informar-se-ia o Senhor Presidente da junta do início da sua implementação. ----------

--- A Sra. D. Fernanda Dirce perguntou acerca do transporte escolar das crianças de Vila Nova da Rainha, o que é que se pretendia fazer dada a não disponibilidade de autocarro e motorista e que os fazia ter de utilizar a Rodoviária, ainda que paga pela Câmara, obrigando-os a chegar á escola uma hora mais cedo, cerca das 7h30m carregados com o peso das mochilas. O Sr. Presidente da Câmara respondeu que de facto aquando da reunião tida com os pais acerca da remodelação da escola, uma senhora ter-lhe-ia colocado a questão, mas que nada tinha sido dito acerca de não haver autocarro ou motorista, disse ainda que numa outra reunião tida no gabinete da Sra. Vereadora se colocara a possibilidade de, caso a rodoviária não pudesse fazer o transporte até ás escolas, um autocarro da Camara ir buscar as crianças ao terminal rodoviário e conduzi-las á escola, mas que ainda nada fora decidido continuando a Câmara a aguardar a resposta da rodoviária.----------

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. José Baião, tendo este colocado as seguintes questões: para quando uma recolha de lixos em condições que incluísse a lavagem de contentores e feita organizadamente com dias estipulados, por forma a evitar o excesso de lixo dentro e fora dos mesmos, para quando o alcatroamento das ruas de Vila Nova da Rainha, e qual era no momento a dívida da Câmara, se havia ou não verba para fazer obras. Em resposta o senhor Presidente da Câmara disse que fora efetuada lavagem dos contentores no sábado anterior pelas seis horas da manhã, que estava a ser preparada um concurso público para a recolha de resíduos, uma vez que não seria renovado o contrato com a atual empresa. Para finalizar disse que a dívida da C.M. rondava os onze milhões de euros, que já fora lançado concurso para os alcatroamentos que estava no tribunal de contas e que se aguardava a autorzão para o inicio dos trabalhos.----------

--- Foi dada a palavra á Senhora Professora Liliana Simões que referiu não ser solução fiável o inquérito online, uma vez que podia ser acedido diversas vezes em qualquer parte do país pelas mesmas pessoas independentemente da idade, como ela própria fizera acedendo por duas vezes com informações de idades e residências distintas e o inquérito permitira. ----------

--- O Sr. António Pires perguntou ao Sr. Presidente se sabia se fora criado um acesso na estrada que liga o mata burros ao aterro, porque reparara numa estrada térrea com uma placa dizendo "lixos". Comentou a falta de limpeza das ruas de Azambuja, os espaços verdes junto das torres cobertos de ervas e de carros estacionados. Agradeceu a pintura de passadeiras na vila e solicitou a retirada da placa de estacionamento privado junto aos Dadores de sangue, assim como no rossio uma vez que já não eram necessários, sugeriu a colocação de placa de estacionamento de deficientes junto aos Bombeiros Voluntários. Criticou a não colocação de acesso a deficientes na entrada do posto de turismo em reparação e perguntou para quando haveria condições de acesso na vila a pessoas com mobilidade reduzida. O Sr. Presidente referiu que a obra não estava concluída e que seria colocada uma rampa de cada lado dos degraus, como constava do projeto, assim como nas traseiras do edifício já fora colocada uma plataforma elevatória. Relativamente ás restantes questões levantadas disse ter tomado nota. ----------

--- Foi dada a palavra ao senhor Paulo Louro que criticou a leitura do texto emitido pelo Dr. Rui Carvalho. Considerou ser incompetência a forma de fazer o inquérito online para a Carta Educativa, nos termos expostos pela anterior munícipe, e disse que no universo de sessenta professores que assinaram a Moção haveriam com certeza pessoas de diversos partidos políticos o que inviabilizava a defesa do Coordenador lembrou que a Carta Educativa era um documento essencial para a comunidade escolar, solicitou á Sra. Vereadora da Educação que se pronunciasse sobre o inquérito e ao Senhor Presidente da Câmara que assumisse que não haveria nenhum Mega Agrupamento, no concelho de Azambuja. O Sr. Presidente afirmou, que como já dissera anteriormente, enquanto estivesse na Câmara tal situação não ocorreria. -

--- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se mais algum membro do público queria usar da palavra, não havendo atas para aprovação passou a palavra aos senhores Deputados Municipais. ---------

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes que a propósito das questões Carta Educativa e Mega Agrupamento recordou que há dois ou três Mandatos anteriores era transversal a todas as forças políticas do executivo a não aceitação, ainda que imposta pelo Governo, de um Mega Agrupamento no concelho de Azambuja e que certamente assim continuariam a pensar. Criticou os termos em que o Coordenador da Carta educativa se dirigia á Comunidade escolar nomeadamente aos professores acusando-os de aproveitamento político. Para finalizar considerou que o concelho de Azambuja sempre apresentara dificuldades para alterar conceitos estruturais, por fata de participação dos elementos interessados e que não compreendia porque não deveriam os senhores professores participar propondo alterações a um documento do qual eles são parte essencial, elogiou-os por terem participado, feito a discussão na escola e tomado posição apresentando a Moção em Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal. ----------

--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre que referiu que há uns anos, enquanto Vereador do Executivo Camarário, tinha aprovado a Carta Educativa, congratulou-se com a iniciativa tomada pelos Senhores Professores e lamentou que na altura assim não tivesse acontecido, pois poder-se-iam evitar todos os problemas com o encerramento de escolas no concelho que então surgiram. Disse que um dos anteriores participantes na discussão tivera responsabilidades como técnico aquando da feitura da anterior Carta Educativa, e lembrou que os Mega Agrupamentos tinham sido criados no tempo da troika pelo Professor Nuno Crato, com uma visão economicista para resolver problemas orçamentais, considerou que no concelho de Azambuja em particular tendo em conta a sua diversidade geográfica, seria contribuir para uma ainda maior desertificação.----------

--- Interveio o Sr. Deputado António Torrão, Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, dizendo que o executivo da Junta estava totalmente solidário com a luta dos professores, para bem dos seus fregueses e munícipes. Perguntou quando seria iniciada a obra da Rua dos Pratas, e solicitou informação escrita acerca da medição do ar em Aveiras de Cima, que contivesse a localização dos aparelhos, disse ter intenção de perguntar acerca da postura de trânsito, mas que essa questão já tinha sido colocada e respondida pelo Senhor Vereador, pelo que indagou acerca da AdAz se havia uma previsão de investimento, pois na semana anterior tiveram mais um dia sem água devido a roturas. O Sr. Presidente reiterou não ser de todo intenção de criar o Mega agrupamento, disse que a obra da Rua dos Pratas deveria iniciar-se no início de outubro, quanto á medição do ar tinham sido retirados os aparelhos das escolas, e já tinham rececionado os relatórios, que enviariam á junta de Freguesia, fora um projeto Piloto, mas o Senhor Vereador Silvino Lúcio já estava a tratar de reunir com a empresa para aferir da possibilidade de colocação de aparelhos noutros locais do concelho e não só em Aveiras de Cima. Quanto á AdAz disse estar previsto para 8 de outubro o início da obra.----------

--- Interveio o Sr. Deputado José Carlos Matos, dizendo partilhar da posição do Senhor Deputado António Jorge Lopes relativamente á participação dos professores na discussão da carta educativa, com ao qual também se congratulava e que parabenteou o executivo pelas iniciativas tomadas no âmbito do "limpar Portugal "e do "dia sem carros". Chamou a atenção do Vereador do Pelouro para o espelho colocado no cruzamento da R. José Ramos Vides com a R. detrás dos quintais que se apresentava desalinhado há algum tempo e dada a colocação dos contentores inviabilizava a visão. O Senhor Presidente informou que a breve trecho estava prevista a substituição dos contentores por subterrâneos e que o Sr Vereador já tomara nota da necessidade de alinhar o espelho.----------

--- Interveio o Sr. Deputado Daniel Claro, dizendo não perceber porque se haveria de falar em "luta partidária" no caso da Carta Educativa, uma vez que nunca tinha ouvido o atual executivo pronunciar-se a favor de um Mega Agrupamento e todos os partidos com assento sempre foram contra a sua instalação, considerou ainda que o Inquérito posto online tinha muito pouco de profissional e sugeriu que na reunião do Conselho Municipal de Edução estivesse presente o Dr. Rui Carvalho para esclarecer algumas questões. Criticou a forma como alguns elementos do Partido socialista haviam posto a circular que alguns Deputados da Assembleia "arrecadavam" quase 600.00€ com a mesma, disse saber que não era a opinião do Partido em si, falara com o Presidente da Concelhia. Lembrou que na dúvida o Sr. Presidente da Assembleia solicitara um pedido de parecer acerca do pagamento de senhas de presença ás Comissões, legalmente constituídas, que levara á alteração do Regimento e pensava ele teria resolvido a situação. Lembrou que por força dos resultados eleitorais o BE e o CDS só tinham um elemento a representeá-los na Assembleia Municipal, o que automaticamente os colocava em todas as Comissões constituídas, e que o B.E. abdicara da coordenação de qualquer Comissão para que o partido socialista pudesse ficar com duas, pelo que o BE nunca convocara qualquer reunião, limitando-se a comparecer quando convocado. Fez um desafio ao PS que se quisesse rever o procedimento das senhas de presença e outras renumerações abonatórias o BE estava disponível para debater esse assunto. Referiu que as diversas comissões tinham reunido ao longo do ano no máximo duas vezes, apenas a comissão de Planeamento Urbanístico Ambiente e Ordenamento do território, o fizera mais vezes por força da necessidade de serem ouvidos elementos ligados ao processo do aterro de resíduos, assunto que pela sua importância era do consenso comum a necessidade de o fazerem. ----------

--- foi dada a palavra á Sra. Deputada Ana Paula Moura que indagou, uma vez que tinha conhecimento que a Segurança social iria passar para os municípios, se a Câmara Municipal de Azambuja iria assumir esse compromisso e caso o fizesse se os serviços atuais da S. Social fechariam. Ao que o Senhor Presidente respondeu que no momento sabia que o Governo tinha uma série de matérias em termos de descentralização a transferir para as Câmaras Municipais, mas que no momento nenhuma das Câmaras da CIMLT tomara posições nesta matéria enquanto não saíssem os documentos sectoriais. Eram diversas áreas, Educação, Cultura, Segurança Social, sendo certo que em 2021 as Câmaras que não tivessem aceite eram automaticamente obrigadas a isso. ----------

--- Interveio a Sra. Deputada Ana Lúcia Caetano que perguntou qual o valor correto da dívida da Habitação Social, há quantos anos existia, quantos ações de despejo estariam previstas, se as haveriam ou não dado ser uma posição política, e quantos moradores tinham a situação do plano de pagamentos em dia não considerava justo uns pagarem outros não era uma questão de cidadania. Pediu que lhe fossem facultados o Regulamento da Habitação Social e o Protocolo celebrado com o ISCSP, e perguntou para

quando se previa a elaboração do primeiro relatório. O Sr. Presidente respondeu que ainda não havia relatórios e que só iriam iniciar as ações previstas no Protocolo no início do próximo ano, após o que passou a palavra à Sra. Vereadora Sílvia Vitor que disse não estarem previstas ações de despejo, o órgão competente para tal era o tribunal, haverem dívidas desde o início do bairro, que existiam ao momento 66 inquilinos com contrato de arrendamento com um valor em dívida de cerca de 260.000,00€ salientou a repercussão que a não entrega por parte dos inquilinos dos documentos solicitados tinha no cálculo do valor de renda a pagar e disse ter sido feito um levantamento que mostrara que cerca de 50% das pessoas não pagava a renda, relativamente a ex-moradores o valor da dívida era de cerca de 98.000.00€ e no que respeita a moradores falecidos existia um valor em dívida de 15.500,00€, sendo o valor total de 373.380.00€. Quanto ao Regulamento disse que este estivera em discussão pública, sendo brevemente submetido á apreciação da Câmara Municipal, após o que viria á Assembleia para que os Senhores Deputados se pudessem pronunciar. ----------

--- Interveio a Sra. Deputada Luisa Martins que reiterou a pergunta anteriormente feita de para quando a limpeza/requalificação no antigo Bairro da Socasa e no Bairro Espirito Santo. Disse ter sabido na Assembleia de Freguesia que alguns meninos da CERCI tinham estado a fazer recuperação paisagística em alguns canteiros da vila, pelo que perguntou quem pagava este trabalho, a Câmara a Junta ou se simplesmente não era pago. O Sr. Presidente informou que fora pedido um estágio pela CERCI para um menino, que estava agora a integrar a equipa de jardinagem, mas que não tinha conhecimento de mais nenhum, pelo que com a permissão do Sr. Presidente da Assembleia o secretário da Junta de Freguesia Sr. Pedro Salazar informou que de facto durante um mês estivera uma equipa da CERCI e a formadora a fazer diversos serviços e que o trabalho fora pago. ----------

--- interveio a Sra. Deputada Natália Peres que perguntou o que é que estava previsto em termos de PDM para a Freguesia de Alcoentre, se a obra nos esgotos de Tagarro feita pela AdAz tinha sido fiscalizada pela Câmara, qual o ponto de situação da abertura de novo concurso para dar continuidade ás obras do Mercado de Manique do Intendente, qual a regularidade com que os contentores do lixo eram despejados e lavados. Para finalizar dada a preocupação dos encarregados de educação residentes no sítio dos poços em Aveiras de Cima por os alunos terem de atravessar a N366 sem segurança perguntou o que é que estava projetado e solicitou que a Câmara providenciasse junto da EDP para alterar o apagar da iluminação pública ás seis e cinquenta, pois os alunos saíam normalmente de casa ás sete e ainda é noite.

--- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse a fiscalização da Câmara tinha acompanhado a obra dos esgotos em Tagarro, os contentores eram despejados uns todos os dias outros dia sim dia não e que só vendo o mapa de despejo dos contentores lhe poderia responder concretamente. Disse ter tomado nota do atravessar da N366, que não sabia desta situação e que iria ver, iria contactar a EDP e que estava em preparação o procedimento por forma a no final do ano ser lançado o concurso para o Mercado de Manique do intendente e que quanto á revisão do PDM se estava a trabalhar em todo o concelho e que se a Senhora Deputada tivesse algumas sugestões seria bom fazê-las chegar para serem ponderadas. Disse que andavam em negociações com o Ministério da justiça com um terreno de cerca de vinte hectares junto aos casais das boiças o que seria muito bom para Alcoentre. ----------

--- interveio o Senhor Deputado Lúcio Costa que reiterou a ideia do Dr. Paulo Louro de a Carta Educativa ser um documento essencial para a comunidade escolar, e lembrou que em 2002 enquanto Presidente de Junta e membro do Concelho Municipal de Educação acompanhara o trabalho desenvolvido por este na elaboração da Carta educativa e salientou o incremento que a educação sofrera ao longo dos últimos anos, não considerava, porém, que houvesse politização à volta do assunto. Congratulou-se com as iniciativas que o concelho vinha a desenvolver, o "Azambuja terra do Torricado" o "Projeto BE MORE" entre outros que colocavam o concelho de Azambuja na "boca do mundo" e a diminuição do desemprego no concelho.----------

--- Foi dada a palavra ao Sr. Rogério Faria que referiu com agrado a abertura do ano letivo da UTICA e convidou os presentes para a festa de abertura. ----------

--- o Senhor Deputado António Nobre considerou que o problema da habitação social era um problema delicado de gerir, que sempre fora tratado com especial cuidado, de pelo menos há vinte anos atrás altura em que iniciara o seu contributo em cargos autárquicos, pelo que não compreendia a insistência da Sra. Deputada do PSD na situação dos despejos ao que esta ripostou que não dissera que o Grupo do PSD era a favor dos despejos e sim da cidadania o que impõe direitos e deveres, em seu entender dado que uns pagam outros não dever-se-ia tomar uma medida justa para todos. ----------

---------- **ORDEM DO DIA**----------

--- Ponto 1- Assuntos relacionados com a Freguesia de Vila Nova da Rainha ----------

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha para que se pronunciasse acerca de eventuais problemas na sua Freguesia. ----------

--- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal a quem agradeceu a realização da reunião na sua Freguesia, pediu ponto de situação da adjudicação para a execução do parque provisório escolar de Vila nova da Rainha, e solicitou ao Sr. Presidente que essa informação pudesse ser colocada no site da Câmara, para que todos os fregueses dela tomassem conhecimento, relativamente ao Bairro da SOCASA, uma vez que já fora colocada a questão dos arruamentos, perguntou para quando estaria previsto a elevação ao nível do alcatrão das tampas de esgoto e sumidouros, assim como o que a Câmara tencionava fazer acerca dos espaços vazios entre habitações cujas vedações se encontravam já muito danificadas e se já tinha falado com os responsáveis da Cooperativa acerca deste assunto. Para finalizar, solicitou a limpeza na malha urbana dos rios que atravessam a vila e a colocação de lombas móveis na Av. Gago Coutinho até ser feita a requalificação do troço. Em resposta o Sr. Presidente disse, relativamente ao parque escolar que se estava a pensar fazer a mudança nas férias de natal por forma a que a obra tivesse início no primeiro trimestre do próximo ano, relembrando que o valor da mesma por ser elevado carecia de visto do T. C., quanto ao Bairro da SOCASA, disse não ter grandes novidades que falara há uns tempos com a Direção que andava em negociações com a Caixa Geral de Depósitos, para poderem proceder á reabilitação de algumas habitações cuja construção se encontrava parada, e relativamente ás tampas disse que o Senhor Vereador Silvino Lúcio tivera uma reunião com a AdAz nesse sentido para serem substituídas as que estavam partidas e as mais fundas. Para finalizar referiu ter estado nesse dia a ver da hipótese de colocação de lombas na avenida, sendo que ter-se-ia de ter algum cuidado com a sua colocação para evitar queixas de moradores com o ruído provocado, como acontecera em Alcoentre. ---

--- Ponto 2 – Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal ----------

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara tendo este dito que se colocava à disposição dos Senhores Deputados Municipais para quaisquer esclarecimentos. -

--- Interveio o Senhor Deputado José Carlos Matos que por não poder estar presente na apresentação do Projeto "BE MORE-ERASMUS", solicitou ao Sr. Presidente que pudesse fazer uma pequena apresentação do mesmo que incluísse custos, meios utilizados e indicasse quantos jovens do concelho de Azambuja iria beneficiar. Quanto á calendarização das aulas das Piscinas Municipais perguntou se já havia parecer relativamente á legalidade de os utentes pagarem aulas nos dias em que o complexo estava encerrado, e para finalizar quis saber se já havia resposta da Infraestruturas de Portugal e da GNR acerca do problema do estacionamento na N3, ao que o Sr. Presidente referiu ter recebido da Infraestruturas de Portugal uma relação de obras a elaborar pela Câmara em sua opinião demasiado vasta e dispendiosa que deveriam ser da responsabilidade do Governo, pelo que em conjunto com o Senhor Presidente de Alenquer, tinham - agendado reunião para debater o assunto. ----------

--- A Senhora Vereadora Sílvia Vítor, relativamente à questão do pagamento da mensalidade das aulas na Piscina em dias de encerramento, disse que o Regulamento das mesmas não previa a devolução do dinheiro, mas que se estava a pensar na forma de resolver o assunto, fez uma breve apresentação do Projeto "BE MORE" referindo que este era um projeto extra curricular (ERASMUS Internacional) que pretendia valorizar a educação pela arte e que estavam envolvidos três municípios, Moya nas Canárias, Castel Bolognese Itália e Azambuja, pioneira a nível nacional nesta tipologia de projeto, e que era financiado a 100% e envolvia doze alunos, quatro de cada Município.----------

------ Interveio a Sra. Deputada Ana Lúcia Caetano sugerindo que no que concerne a apoios a carenciados fosse identificado o número de agregados familiares a que este era dirigido, assim como no Apoio financeiro a coletividades e instituições que fosse identificado o valor atribuído a cada uma e se nestas verbas estava ou não incluído algum montante para apoio no âmbito das vistorias, a que a pedido do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara referiu que apesar de alguns apoios terem sio atribuídos para obras, nenhum estava inserido no processo de vistorias, que continuavam a decorrer. ----------

--- Interveio o Senhor Deputado Daniel Claro dizendo ir ditar para a ata dois requerimentos no âmbito da Atividade Municipal. Requereu, *"com carácter de urgência, o estudo que foi feito por uma empresa externa ao Município acerca da concessão ou não concessão da recolha de resíduos sólidos"* e *".Nos*

*termos do artigo 25 nº 5 al a) compete ainda à Assembleia Municipal convocar o Secretariado Executivo Metropolitano ou a Comunidade Intermunicipal, conforme o caso, e nos termos da presente lei com um limite de duas vezes por ano, a responder perante os seus membros as atividades desenvolvidas no âmbito da Área Metropolitana ou Comunidade Intermunicipal do respetivo Município. São várias as situações em que o B.E. tem levantado aqui aquilo que considera alguma excessiva dependência, nomeadamente em termos de Candidaturas da CIMLT. E não temos escondido também que achamos que a CIMLT tem um olhar pelo conjunto de que faz parte algo seletivo e que Azambuja enquanto Município da periferia nem sempre tem tido o olhar que seria desejado, não há nada melhor que no uso das competências da Lei convocar o secretariado que venha aqui e que nos explique algumas questões que nós gostaríamos de ver explicadas e até para que, esta Assembleia Municipal conheça com mais profundidade o funcionamento do dia a dia das CIM(s)".*Quanto ao documento apresentado referiu ver como globalmente positiva a atividade da Câmara, dizendo que iniciativas como as que envolviam "O Torricado" , o "Dia Europeu sem Carros" e o "Be More" entre outras eram válidas e merecedoras por parte do B.E. de um olhar positivo, mas disse ter alguma dificuldade em perceber, como é que a Assembleia Municipal era a última a saber destas iniciativas, como por exemplo o Plano de Combate ao Insucesso Escolar. Lembrou o papel fiscalizador da Assembleia, relativamente aos projetos da Câmara, considerando ser de todo inadmissível a fata de informação atempada. Para finalizar comentou a apresentação do Projeto "BE More" não ter sido feita em espaço mais púbico de forma a que a comunidade tivesse acesso à mesma para que se soubesse o que de bom também se fazia em azambuja. ----------

--- Interveio o Sr. Deputado Rogério Faria manifestando desagrado pelos estrangeirismos utilizados nas apresentações dos projetos, defendendo que deveriam ter um nome português e serem apresentados como tal. ----------

--- Interveio o Sr. Deputado António Jorge Lopes que começou a sua intervenção, realçando a importância das Senhoras Deputadas na Assembleia Municipal, assim como o de todas as mulheres na política. --------

--- Relativamente à Atividade Municipal, considerou haver significativa evolução em termos de Educação e Turismo e partilhou a opinião do Deputado Daniel Claro, dizendo que a Assembleia Municipal deveria ser informada atempadamente dos projetos a decorrer, exemplo o "Be More" Indagou qual a estratégia em termos educativos e sugeriu que face à importância do assunto se realizasse uma Assembleia Municipal específica para discutir a estratégia que a Câmara tem em termos de Educação para os próximos anos. ----------

--- Considerou também positivo o trabalho do Vereador Matos na área do Turismo, pelo conjunto de iniciativas que se estavam a tomar disse que se começava a ver um fio condutor nos projetos em curso e sugeriu que na Assembleia que sugerira se pudesse discutir também a estratégia dos projetos turísticos.

--- A propósito das questões colocadas ao Sr. Presidente da Câmara na anterior A.M., e que não foram respondidas, informou que na semana seguinte lhe tinha sido facultado um dossier com a resposta ás mesmas, e, para finalizar referindo-se ao estudo sobre os resíduos sólidos urbanos (adjudicado à empresa em maio), comportando a análise comparativa da prestação do serviço pelos serviços municipais ou por operador privado, e a análise prospetiva de igual situação para os próximos oito anos , referiu que ao longo das últimas reuniões de Câmara e da Assembleia sempre fora solicitado, ainda não fora disponibilizado e que só o P.S. ou o Sr. Presidente teriam conhecimento do seu teor, pelo que solicitou ao Senhor Presidente da A. M. que por seu intermédio pudesse ser solicitado ao Senhor Presidente da Câmara , cópia do documento para todas as forças políticas representadas. ----------

--- O Sr. Presidente da Câmara disse haver também um estudo feito por um funcionário, que apontava para um investimento muito grande quer em equipamentos quer em recursos humanos, ainda não o enviara para as diferentes forças politicas pois queria discuti-lo primeiramente com os Vereadores em Permanência, mas informou que não iria voltar atrás, que seria lançado Concurso Publico, o que não impedia que facultasse ambos os estudos. ----------

--- O Senhor Presidente da Mesa informou da entrada na mesa por parte do Partido Socialista um requerimento para prolongamento dos trabalhos, o qual a seguir se transcreve: ----------

--- "Requerimento ----------

--- O Grupo do Partido Socialista vem requerer a continuação desta Assembleia por mais uma hora para discussão dos pontos da ordem do dia." ----------

--- Posto à votação foi o requerimento aprovado por maioria com 26 votos a favor e 2 votos contra do PS. ----------

--- Ponto 3 - Acordos de Execução com Juntas de Freguesia - 32/P/2018 a 38/P/2018 e----------
--- Ponto 4 – Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia - 39/P/2018 a 45/P/2018 ------
--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que a discussão dos dois pontos fosse feita na globalidade, e a votação individual, o que foi aceite por unanimidade, posto o que passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que explicou que os documentos apresentados resultavam do levantamento feito na Câmara e reuniões efetuadas com os Senhores Presidentes de Junta, que dele tinham conhecimento e que em três das juntas teria de ser feita uma Adenda aos documentos, pois por lapso não foram consideradas situações que só á posteriori tinham sido detetadas exemplo disso o Parque Infantil em Aveiras de Cima, uma zona verde em Manique do Intendente e uma outra situação em Azambuja. As Assembleias de Freguesia já o tinham aprovado exceto Azambuja que o reprovara, pelo que sugeriu que os documentos referentes à Junta de Freguesia de Azambuja fossem retirados----------
--- Interveio o Sr. Deputado António Nobre considerando que tanto nos acordos de Execução como nos Contratos Interadministrativos, a Câmara poderia ter ido um pouco mais além, lembrou que com as restrições impostas ao Orçamento Público quer na Administração Central, quer na Local de há três anos a esta parte o investimento público tinha ficado muito afetado estava na altura de dotar as freguesias com mais competências e verbas para poderem desenvolver o seu papel, aproveitando a proximidade com os cidadãos. O esforço fora positivo, mas não deixava de achar que o Município poderia ter feito mais. Para finalizar indagou quais os motivos que a Assembleia de Freguesia de Azambuja invocara para reprovar os acordos de Execução enquanto competência da Junta de Freguesia e a que a Câmara tinha o dever de comparticipar financeiramente. ----------
--- O Sr. Presidente da Câmara disse que não iria dar mais dinheiro à Junta de Azambuja, os cálculos tinham sido feitos com iguais critérios para todas as Juntas de Freguesia, e para dar a uma teria de dar a todas. Para o ano certamente estariam em condições de beneficiar um pouco mais as Juntas, mas no momento era o que se poderia fazer. Recordou que A J. F. Azambuja recebia anualmente 132.243.00 € e que estava proposto passar a receber 178.225.00 €, além do corte da vegetação que subiu de 4.000.00 € para 13.818.00 €, em função do mobiliário urbano, espaços verdes e outros, considerou que Azambuja acabara por beneficiar por ter uma estrutura que outras freguesias não tinham. Para finalizar informou que era necessário também fazer um pequeno acerto, por situações não contempladas, como o Mercado Diário que se a Sra. Presidente aceitasse passaria para a jurisdição da Junta de freguesia. ----------
--- Interveio o Sr. Deputado Daniel Claro, mostrando perplexidade por As assembleias de Freguesia de três Juntas de Freguesia terem votado favoravelmente Acordos de Execução que iriam ser objeto de Adendas e que supostamente estas viriam á Assembleia Municipal, e que a ser assim não valeria a pena colocar os documentos a votação. Comentou que perante a Lei as alterações a Acordos de execução não poderiam ter aumento de despesa pública e considerou que ainda que o senhor presidente da Câmara tivesse quantificado exemplos de aumento nas transferências para as Juntas, não dissera qual a despesa que a Câmara tinha com estas competências antes de as passar, e que, sem essa informação não conseguia avaliar. Por outro lado, já por diversas vezes se falara na elaboração de um Regulamento para atribuição de apoios às Juntas de Freguesia para eventos não tipificados nos Acordos de execução, por forma a que não passasse a ideia que em situações de festas de freguesia ou outros eventos, existiam Juntas a ser beneficiadas em relação a outras. Para finalizar disse que o sentido de voto do B.E. teria em conta o anteriormente referido e as aprovações das Assembleias de Freguesia.----------
--- O Sr. Presidente da Câmara disse que pouco havia a mais relativamente ao que as Juntas já faziam, o que estava a mais era a manutenção da rede viária , para a qual seria atribuída a verba referida no acordo e também as massas asfálticas e explicou que tal situação reportava apenas ao "tapar do buraco aqui e ali", uma vez que a colocação de tapetes continuava a fazer parte da responsabilidade da Câmara. Para finalizar referiu a viabilidade de se elaborar um Regulamento para apoios pontuais. ----------
--- Interveio o Sr. Deputado, Armando Calisto enquanto Presidente da Junta de vale do Paraíso, para referir que no acordo de execução cláusula 2 al. c) estava uma pequena gralha que deveria ser corrigida, referia "no prazo de cinco "devendo estar "no prazo de cinco dias", o que foi de imediato alterado. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António José Rodrigues, considerou que deveriam ter sido passadas mais competências para as freguesias e que deveria ter sido informada a despesa que a Câmara tinha com cada uma das competências que agora passava à junta para que se fizesse uma apreciação cabal dos valores a serem transferidos.----------
--- Referiu que a Câmara já se deveria estar a debruçar acerca da transferências de competências para os Municípios, onde se adivinhava um quadro semelhante ao agora exposto, ter-se-ia de saber que acréscimo de despesa isso implicava nas autarquias. ----------
(o resto da intervenção do Senhor Deputado, bem como a resposta do Presidente da Câmara não se consegue perceber na gravação). ----------
--- Interveio o Senhor Deputado Pedro Salazar, referiu que o Acordo de Execução e o Contrato Interadministrativo com a junta de Freguesia de Azambuja, não deveriam ser votados e apelou para que nas outras Juntas a votação dos Senhores Deputados fosse coerente. Informou na qualidade de representante da Junta de Freguesia de Azambuja, que uma vez os documentos não terem sido aprovados em Assembleia de Freguesia e até novos acordos, a Junta a partir de 1 de outubro, se regeria pelo determinado nos documentos anteriores, e só efetuariam tais tarefas após a verba ser transferida e só até ao montante da verba neles referida, não fariam as tarefas referidas nos atuais. ----------
--- O Senhor Presidente da Câmara referiu que enquanto não houvesse novo Acordo a junta teria de se reger pelo anterior Acordo com os duodécimos. ----------
--- Jose Matos – a propósito do ponto 3 da cláusula 4ª, do acordo de execução, obrigatoriedade de a segunda outorgante apresentar relatórios trimestrais a ser apreciados em Assembleia municipal, referiu que não tinha memória que tal já tivesse sido feito, apesar de estar desde 2013 na Assembleia Municipal, disse que seriam importante ter conhecimento dos relatórios para poder avaliar a eficácia dos acordos, após o que disse gostar de saber se os Senhores Presidentes de Junta presentes, achavam que as verbas a transferir para as suas Juntas eram suficientes para as suas obrigações.----------
--- O Sr. Deputado António Jorge Lopes, a propósito de ambos os documentos, Acordos de Gestão e Contratos Interadministrativos, considerou já ter sido feito um esforço para aumentar as verbas, mas que perante o que estava na Lei e face á atual situação financeira do município teria sido possível ir mais além, disse que o valor atribuído pelos Acordos de Execução a todos as Juntas era praticamente o valor da verba da "Feira de Maio" e que ou as juntas recebiam pouco ou a Feira de Maio gastava muito, em termos de transferências de competências da Câmara para as Juntas de freguesia, considerou que estes teriam sido elaborados de uma forma "Ténue" , atendendo a que após tanto tempo de conversações para elaborar o documento, após apresentado em assembleia municipal ainda teria de ser sujeito para algumas Juntas, a adendas. Para finalizar referiu que o grupo PSD se absteria na votação das propostas.
--- Uma vez postas a votação as Propostas 32/P/2018, 33/P/2018, 34/P/2018, 35/P/2018, 37/P/2018 e 38/P/2018 foram aprovadas por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 do BE) e 6 abstenções (5 do PSD e do CDS). ----------
--- A Proposta 36/P/2018 foi retirada.----------
--- Uma vez postas a votação as Propostas 39/P/2018, 40/P/2018, 41/P/2018, 42/P/2018, 44/P/2018 e 45/P/2018 foram aprovadas por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 do BE) e 6 abstenções (5 do PSD e do CDS). ----------
--- A Proposta 43/P/2018 foi retirada.----------
--- O BE apresentou a Declaração de Voto que a seguir se transcreve:" O Bloco de Esquerda tal como disse nesta votação acompanhou o sentido de voto das Assembleias de Freguesia, no sentido de que são as Assembleias de freguesia que melhor conhecem aquilo que é necessário para prestar um serviço eficiente. Votou igualmente com a condição prometida pelo Senhor Presidente da Câmara e isso foi fundamental para o nosso sentido de voto, de que iria ser elaborado o regulamento dos apoios externos a estes contratos que agora votamos, para que haja em sede de igualdade e equidade entre todas as juntas de Freguesia um Regulamento que de facto evite qualquer tipo de favorecimento de uma Junta de Freguesia em relação a outra." ----------
--- O Sr. presidente da Câmara informou os Senhores deputados de que assim que houvesse Acordos com a Junta de freguesia de azambuja, solicitaria uma reunião extraordinária da assembleia municipal para os aprovar.----------
--- Ponto 5 - Protocolo com União de Freguesias de Manique do Intendente, V.N.S. Pedro e Maçussa-EB1 Casais de Além – 29/P/2018 ----------

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que o Protocolo se referia á cedência por parte da Câmara à junta de freguesia da União de Freguesias de Manique do Intendente, V.N.S. Pedro e Maçussa, do edifício da Escola EB1 de Casais de Além. ----------

--- Não houve intervenções dos senhores Deputados. ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta 29/P/2018 foi aprovada por unanimidade.----------

--- Ponto 6- Desafetação de Parcela de Terreno – Qta da Mina – 28/V-AJM/2018 ----------

--- O Sr. Deputado António Nobre perguntou ao sr. presidente se fora aprovada uma desafetação de terrenos entre o Centro escolar de Alcoentre e o proprietário dos terrenos contíguos, a que o Presidente explicou que o assunto estava nas mãos do M Rodrigues & Associados, que aquando da construção do muro lateral do centro escolar acabara por se "comer um bocadinho de Terreno", que a proprietária do mesmo já não existia, o loteamento do Moinho Pequeno, entrara em insolvência, e que fora feita a aquisição ao banco. ----------

--- Ponto 7- Desafetação de Parcela de Terreno – Casais dos Apóstolos – 29/V-AJM/2018----------

--- Não houve intervenções dos Senhores Deputados. ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta 29/V/AJM/2018 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- Ponto 8 - Regulamento de Apoio ás IPSS do Município de Azambuja – 53/V-SV/2018----------

--- Não houve intervenções dos senhores Deputados. ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta 53/V-SV/2018 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- Eram 00 horas e 45 minutos do dia 28 de setembro de 2018, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------